

A Governabilidade Cabana das Mulheres Indígenas Ribeirinhas - Etnicidade, Raça e Classe

La Gobernabilidad Cabana de las Mujeres Indígenas Ribereñas – Etnicidad, Raza y Clase

The Cabana Governance of Indigenous Riverside Women – Ethnicity, Race and Class

Alanna Souto Cardoso Tupinambá

Resumo: Este ensaio realiza uma análise interpretativa das dinâmicas históricas e espaciais nas regiões protagonistas da Revolução Cabana, destacando o papel das mulheres indígenas e ribeirinhas na educação comunitária mobilizada durante os mandatos do Instituto de Pesquisa do Projeto Cartografando Saberes (IPPCS). A partir das memórias políticas e das alianças com educadores e educadoras comunitárias dos povos das florestas e das periferias urbanas da Amazônia paraense, o estudo ressignifica a presença desse passado cabano no cotidiano desses povos, utilizando a perspectiva dos tempos largos para evidenciar a organicidade espacial de uma gestão cultural. Essa gestão mapeia também a emergência indígena em múltiplos contextos, incluindo a retomada dos indígenas urbanos. A metodologia articula educação comunitária, comunicação e patrimônio comunitário por meio da educação popular, configurando-se como estratégia de mapeamento coletivo. Como resultado, destaca-se a produção de inventários de patrimônio das comunidades tradicionais e o reconhecimento de seus direitos perante o Estado Nacional.

Palavras Chave: Nova Cartografia Histórica. Governabilidade Cabana de Mulheres. Patrimônio Histórico-Cultural. Educação Popular.

Resumen: Este ensayo analiza las dinámicas históricas y espaciales de la Revolución Cabana, destacando el protagonismo de las mujeres indígenas y ribereñas en la educación comunitaria vinculada al Instituto de Investigación del Proyecto Cartografiando Saberes (IPPCS). A partir de memorias políticas y de las alianzas con educadores(as) comunitarios(as) de la Amazonía paraense, el estudio resignifica la presencia del pasado cabano en el cotidiano actual, movilizandando la perspectiva de los “tiempos largos” para evidenciar la gestión cultural de los pueblos. La metodología articula educación comunitaria, comunicación y patrimonio comunitario en el marco de la educación popular, configurándose como estrategia de mapeo colectivo. Los resultados señalan la valorización de las prácticas de resistencia de las comunidades tradicionales, la producción de inventarios patrimoniales y la reafirmación de derechos históricamente negados, incluyendo los pueblos indígenas urbanos.

Palabras Claves: Nueva Cartografía Histórica. Gobernabilidad Cabana de Mujeres. Patrimonio Histórico-Cultural. Educación Popular.

Abstract: This essay analyzes the historical and spatial dynamics of the Cabanagem Revolution, highlighting the role of indigenous and riverside women in community education linked to the Research Institute of the Mapping Knowledge Project (IPPCS). Drawing on political memories and alliances with community educators from the Amazon region of Pará, the study reinterprets the presence of the cabano past in today's daily life, mobilizing the perspective of “long times” to emphasize the cultural management of the peoples. The methodology combines community education, communication, and community heritage within the framework of popular education, establishing itself as a collective mapping strategy. The results highlight the value of traditional communities' practices of resistance, the production of heritage inventories, and the reaffirmation of historically denied rights, including those of urban indigenous peoples.

Keywords: New Historical Cartography. Cabana Governance of Women. Historical-Cultural Heritage. Popular Education.

Alanna Souto Cardoso Tupinambá – Doutora em Desenvolvimento Sustentável (PPGDSTU/NAEA-UFPA) e pós-doutora em Geografia (PPGG-UEPA/PDPG-CAPES). Presidente reeleita do Instituto de Pesquisa do Projeto Cartografando Saberes (IPPCS). Lattes: lattes.cnpq.br/7098836632732859. E-mail: alanna81@instituto-cartografando-saberes.com



Fonte: Pe. Tiago Thorlby.


INTRODUÇÃO

Abertura

O texto sobre a governabilidade cabana de mulheres indígenas ribeirinhas não é apenas um ensaio com análises e posicionamentos. Ele resulta de construções coletivas em diálogo com o grupo de planejamento comunitário do projeto *Cátedra Livre Mapas de Produção: Educação Popular, Comunicação e Patrimônio Comunitário*, vinculado ao Instituto de Pesquisa do Projeto Cartografando Saberes (IPPCS). O projeto encontra-se em processo de institucionalização na Universidade do Estado do Pará (UEPA), por meio do Prof. Dr. João Colares (PPGED-UEPA)¹. Esse movimento ocorreu em um período de intensa articulação pela retomada de um projeto de emersão indígena e de fortalecimento da governabilidade cabana, envolvendo também educadoras comunitárias e famílias indígenas ribeirinhas de diferentes contextos.

Sou professora e intelectual indígena urbana, nascida e criada em Belém, mas formada também pelas memórias e vivências junto aos meus familiares caboclos ribeirinhos do antigo território

¹ <<https://www.institutocartografandosaberes.com/catedra-livre-agenda-mapas-de-producao-educacao-popular-comunicacao-e-patrimonio-comunitario/>>. Ver: MOTA NETO, João Colares da. *Por uma Pedagogia Decolonial na América Latina: reflexões em torno do pensamento de Paulo Freire e Orlando Fals Borda*. 1. ed. Curitiba: Editora CRV, 2016. 384 p. ISBN 978-85-444-0783-7.



Tupinambá. Esse pertencimento conecta-se à comunidade Mutuacá, em Cametá, e à comunidade ribeirinha conhecida como “Boca D’Atéua”, em Moju, onde meu pai – caboclo ribeirinho e indígena Tupinambá – nasceu e cresceu antes de migrar para Belém nos anos 1970.

Meu nome de registro civil é Alanna Souto Cardoso. Sou do povo Tupinambá, oriunda das comunidades indígenas remanescentes das encruzilhadas ribeirinhas de Cametá e Moju. Nascida em Belém, antiga Mairi/Região Guajarina, também carrego, pela linha materna, a ancestralidade dos povos nheengãbas-Aruã, de Afuá, transmitida por minha avó Corina Nascimento. Contudo convivi e tenho em minhas memórias as vivências de meus familiares no sítio da comunidade ribeirinha do rio Moju com minha avó paterna Durvalina, minhas tias e primas, e seus pertencimentos Tupinambá.

Este artigo busca valorizar e fortalecer a memória das mulheres indígenas que, a partir de seus corpos e territórios, resistem e recriam pertencimentos. Muitas dessas mulheres, historicamente agricultoras e lideranças em suas comunidades, tiveram suas práticas sociais desarticuladas com a invasão colonial. Dessa ruptura, resultaram as comunidades hoje chamadas ribeirinhas, constituídas tanto pela desterritorialização indígena quanto pelos encontros com povos africanos escravizados, que, em diferentes contextos, produziram identidades afroindígenas ou reafirmaram suas etnicidades de antigos povos indígenas².

Essas famílias ribeirinhas com pertencimentos indígenas demarcam territorialidades junto a outras comunidades quilombolas que também são resultantes do processo de colonização de Abya Yala e do tráfico negreiro. Ao lado dos territórios indígenas e das povoações de brancos e de índios³ na Amazônia da gestão pombalina, já configuravam a conformação e as origens das organizações dos atuais povos tradicionais da Amazônia.

Nesta análise, buscamos repensar a Cabanagem a partir de dois eixos. O primeiro diz respeito à sua situação histórica, considerando a configuração do espaço cabano dos povos da Amazônia, com base nas pesquisas mais recentes sobre o movimento no Baixo Tapajós, Marajó, Baixo Tocantins e Região Guajarina. Esses estudos evidenciam que a Cabanagem foi além de uma simples revolta popular: tratou-se de uma experiência histórica marcada pela luta de “classes” étnicas exploradas e subalternizadas dentro da divisão internacional do trabalho imposta aos povos indígenas, africanos e mestiços.

O outro eixo conectivo é a investigação do protagonismo da mulher⁴ na memória espacial dos povos da Cabanagem, para além da perspectiva de uma revolução marcada por identidades

² Foi o que ocorreu no Vale Tapajós, na configuração das comunidades ribeirinhas chamadas caboclas quando, no final dos anos de 1990, emergiram com suas etnias por meio do movimento indígena organizado, passando a reivindicar seus territórios. Tal movimento é resultado de um processo de etnogênese pelo qual passaram esses povos, reafirmando suas identidades étnicas e retomando antigas práticas sociais e espaciais reacendidas pela consciência ancestral.

³ “Povoações de branco” e “povoações de índios” referem-se a como passaram ser classificadas as freguesias organizadas na nova configuração espacial amazônica na gestão pombalina. Povoações de branco eram as vilas marcadas por serem os primeiros núcleos coloniais, sem a presença de indígenas aldeados, onde habitavam moradores livres (brancos, índios livres, mestiços) e escravos. Já as povoações de índios eram as vilas em que estavam alocados os indígenas aldeados, os moradores livres e os escravos. Nas capitanias do Pará, Piauí e Maranhão, os “censos” distinguiam “povoações de brancos” e “povoações de índios”, conforme a origem “racial” da sua formação e a qualidade majoritária de seus habitantes. Contudo, São José do Rio Negro era a única capitania da América Portuguesa formada exclusivamente por povoações de índios – inclusive sua capital (FONSECA, 2017; CARDOSO, 2018).

⁴ Um trabalho etno-histórico sobre o protagonismo das mulheres indígenas, quilombolas, ribeirinhas, dentre outras, no processo de formação da Amazônia ou, ainda, no pré-contato, é fundamental para o entendimento das sociedades matrilineares. Esse movimento torna-se ainda mais pertinente quando se trata de contextos e narrativas históricas em

masculinas regionais, como apontam estudos mais recentes de Mark Harris (2017) e Letícia Barriga (2014). De fato, hoje a revolução ainda é mais lembrada do ponto de vista das lideranças masculinas, seja pelo grupo de representação das elites, como o fazendeiro Félix Clemente Antonio Malcher, o primeiro presidente cabano, seja pela representatividade das classes trabalhadoras, como foi Eduardo Angelim.

Com base nessas linhas, defende-se a proposição de uma cartografia histórica descolonizadora⁵, que rompe com os limites da cartografia convencional. Essa abordagem considera representações espaciais capazes de localizar os percursos e práticas territoriais de povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos, contribuindo para a elaboração de mapas que evidenciem seus protagonismos. Também propõe mapear processos de territorialização a partir do espaço vivido e das práticas comunitárias, favorecendo a compreensão das acadêmicas comunitárias sobre seus próprios contextos.

Torna-se necessário, portanto, romper com a ideia de que as coletividades tradicionais pertencem a um passado linear e imutável, sustentado por análises evolutivas distantes das questões contemporâneas. É fundamental situá-las em um tempo histórico diverso e diferenciado (OLIVEIRA, 1999; CARDOSO, 2019). Isso implica repensar o compromisso de historiadores, pedagogos, jornalistas, antropólogos e outros cientistas com os espaços históricos e com a educação comunitária no tempo presente.

Assim, o artigo busca reposicionar a atuação dos povos⁶ amazônicos no espaço-tempo, evidenciando como sua história e seus processos de territorialização configuraram diferentes formas de Amazônia. Nesse percurso, destaca-se a representação espacial da mulher cabana como sujeito de luta e memória na releitura da Revolução Cabana.

A questão de gênero, articulada às dimensões de raça e classe, sempre esteve no centro da proposta de uma governabilidade cabana conduzida por mulheres no âmbito do Instituto de Pesquisa do Projeto Cartografando Saberes (IPPCS). Desde sua fundação, o Instituto se estruturou a

que a violência doméstica, a subjugação, a manipulação e o protagonismo masculino sempre foram evidenciados e frequentemente postos como os únicos fenômenos existentes. Considerando esse problema, vale destacar um dos raros trabalhos que trata do protagonismo da mulher na Cabanagem: a tese da Eliana Ramos (2010), que aborda a participação das mulheres da época no movimento. Segundo a autora, fontes documentais apontam para uma participação mais passiva, de retaguarda, como através da função de assumir a chefatura da família durante a ausência do cônjuge no conflito. Trata-se, portanto, de um estudo que não se submete à influência do discurso colonial ocidental, que direciona o olhar para ações ativas masculinas, sobretudo quando a autora sinaliza registros que sugerem a participação das mulheres no campo de batalha.

⁵ Atualmente existe uma organização que inicialmente foi fundada por uma gestão de mulheres acadêmicas/ educadoras comunitárias da Amazônia e do movimento negro mobilizadas em uma associação legalizada, chamada Instituto de Pesquisa Projeto Cartografando Saberes (IPPCS), que visa elaborar e gerir projetos por meio de linhas de frente de trabalho. A criadora e coordenadora geral eleita do referido instituto, Profa. Dra. Alanna Tupinambá, está movimentando os dois primeiros projetos por meio da linha de frente 1: “A nova cartografia histórica, terras tradicionais ocupadas e a memória oral coletiva”, disponível em: <<https://www.institutocartografandosaberes.com/a-nova-cartografia-historica/>> e <<https://www.instituto-cartografando-saberes.com/linhas-de-aco-es-cientificas-e-sociais>>.

⁶ Usa-se o termo “povos” em vez de “povo” em alinhamento à perspectiva da convenção internacional 169 da OIT, de junho de 1989. Esta convenção adota como critério fundamental os elementos da autoidentificação e, após várias reuniões com lideranças de comunidades e pesquisadores, reconhece os “povos” como sociedades configuradas em organizações com identidades próprias, “(...) em vez de simples agrupamentos de indivíduos que compartilham algumas características raciais ou culturais” (ALMEIDA, 2008, p.50). Nesse sentido, reflete Almeida (2008), a pluralidade contida na noção de “povos” explicita diferenças e demonstra existência efetiva no entendimento de território nacional, referindo-se aos agrupamentos historicamente envolvidos em lutas e em oposição ao modelo agrário exportador baseado no monopólio da terra, no trabalho escravo e em outras formas de imobilização da força de trabalho.



partir de uma leitura feminista e decolonial, inspirada por autoras que problematizam a subalternização das mulheres racializadas e indígenas.

Na idealização e articulação da matriz do projeto, tive grande influência das obras de Angela Davis (2016), que desde cedo destacou a interdependência entre gênero, raça e classe; de Spivak (2010), com sua crítica à condição da mulher subalterna do chamado “terceiro mundo”; e do feminismo comunitário andino, nas contribuições de Silvia Rivera Cusicanqui (2010; 2021), Lorena Cabnal (2010), Julieta Paredes e Adriana Guzmán (2014). Soma-se a essas referências a popularização do conceito de interseccionalidade por Patrícia Collins e Bilge (2020) e a experiência do coletivo *Selo Nossas Vozes* (2019-2022). Este último inspirou a organização do projeto de pesquisa e extensão *“As autoras amazônidas: gênero, raça e produção científica comunitária – a experiência do IPPCS”*, aprovado pelo Centro Brasileiro de Estudos da América Latina (CBEAL), por meio da Fundação Memorial da América Latina. Como desdobramento, o projeto resultou no capítulo do livro *Autoras amazônidas: gênero, raça, classe e a produção científica comunitária* (CARDOSO, 2025).

Estes trabalhos foram referências fundadoras da percepção de gênero na qual o Instituto de Pesquisa do Projeto Cartografando Saberes (IPPCS) se engaja, inspirada pela visão pioneira de entendimento desde Angela Davis (2016). Davis já realizava suas análises partindo de uma ótica interseccional antes da popularização e aplicação do termo como categoria de análise por Collins e Bilge (2020) no campo do debate teórico-metodológico do feminismo negro. Em seus trabalhos, também havia interlocuções com outros movimentos sociais de mulheres de matrizes étnico-raciais distintas, tendo sido a primeira a destacar, na história do sistema capital, a opressão sobre as mulheres, sobretudo as racializadas. Apesar de marxista, criticava a esquerda ortodoxa que privilegiava a questão de classe sobre as outras opressões. Afirmava, ainda, que a vivência da classe é atravessada pela raça, assim como a raça é atravessada pelo gênero, evidenciando a interdependência dessas dimensões estruturais (DAVIS, 2011).

No âmbito da autocrítica do Grupo de Estudos Subalternos, Spivak (2010) problematiza a perspectiva foucaultiana de insurreição dos saberes sujeitados, ao evidenciar que o intelectual europeu tende a interceder pelo sujeito subalterno – seja operário, seja mulher –, assumindo sua voz e, assim, reforçando o silenciamento e a relação hierárquica do “informante nativo”. Sua crítica, também dirigida ao próprio grupo, revela os limites de categorias ocidentais que não abarcam a experiência das mulheres e dos povos do chamado “terceiro mundo” (Ásia, África e América Latina), cujas situações históricas não se enquadram no modelo mercantil-industrial europeu.

Nessa mesma direção, Silvia Rivera Cusicanqui (2010a; 2021) denuncia o colonialismo interno e a geo-neo-colonização das vozes indígenas, apontando que até mesmo projetos críticos, como o grupo Modernidade/Colonialidade, cristalizam indígenas e afrodescendentes como objetos de estudo. A partir do Taller de História Oral Andina (THOA), fundado nos anos 1980, Cusicanqui (2010a) reivindica a centralidade da mulher chola e inaugura um campo de reflexão que inspira o feminismo comunitário, posteriormente desenvolvido por Lorena Cabnal (2010), Julieta Paredes e Adriana Guzmán (2014). Esse movimento teórico-metodológico inscreve o protagonismo da mulher indígena e camponesa, historicamente marcada pelo discurso heteropatriarcal e cristão.

1. Contexto da Cabanagem e Territorialização dos Povos da Amazônia

O livro mais recente de Mark Harris (2017) sobre a Cabanagem traz uma visão aprofundada do protagonismo da revolta popular, visualizando a Cabanagem enquanto processo revolucionário de classe e raça, a partir de uma etnografia do passado com base na documentação dos arquivos. Não cabe aqui fazer um balanço da historiografia referente à Cabanagem, e sim defender o posicionamento desse movimento como um ponto de memória em comum e reunificador enquanto revolução popular. Com isso, objetiva-se não somente o entendimento de uma perspectiva de “classe”⁷ e da questão étnico-racial na Amazônia, mas também a retomada da memória caótica da história oficial a partir da memória oral das mulheres contemporâneas dos territórios tradicionais envolvidos na guerra cabana. Essa memória torna-se veículo de suas histórias reescritas e de suas releituras no âmbito da gestão de educadoras comunitárias com pertencimentos étnico-raciais, em especial do Baixo Tapajós, Baixo Tocantins e Região Guajarina – esta última como símbolo de eclosão e de resistência cabana na Amazônia Imperial⁸.


Neste sentido, será a Cabanagem o nosso *Pachakuti*⁹ da Amazônia brasileira? A presença desse passado ressignificado se manifesta nas vidas tradicionais de mulheres do campo e/ou de suas descendentes na cidade. A memória oral desse segmento dos povos da Amazônia é evidenciada à luz do projeto “Instituto de Pesquisa Projeto Cartografando Saberes” (IPCCS), gestado por uma organização legal de mulheres da sociedade civil, com representantes daqueles povos no contexto urbano e rural. O IPCCS propõe repensar a Cabanagem enquanto uma governabilidade cabana atualizada e revisitada no âmbito da gestão fundadora de mulheres indígenas e ribeirinhas na 1ª e 2ª gestão desse Instituto. Essa proposta envolve a mobilização de coletivos e comunidades tradicionais de diversas regiões, com destaque para Região Metropolitana de Belém, Santarém, Baixo Tapajós, Altamira, Xingu e Marajó da Floresta, que participam do diálogo a respeito da emersão étnica de comunidades outrora consideradas caboclas ribeirinhas.

O Baixo Tapajós é símbolo de resistência, sobretudo nos anos finais de Cabanagem, período em que ocorreram travessias dolorosas dos cabanos contrários ao governo interventor do general Soares d’Andréia, responsável pela retomada da capital e pela prisão de Eduardo Angelim. Essas

⁷ José Maia Bezerra Neto (2008), por meio de outros estudos a respeito da escravidão negra, afirma que o escravismo foi uma face do pré-capitalismo no Novo Mundo, pois era compatível com o progresso técnico industrial, sendo dois sistemas homólogos. Um exemplo disso é a própria dinâmica do engenho do açúcar que “antecipou” alguns métodos de um industrialismo capitalista emergente através da sua regulação rigorosa da mão de obra e a subordinação a um ritmo mecânico. Quando o capitalismo se mundializou, a escravidão no Brasil consolidou-se justamente porque o capital demandava uma grande massa de trabalhadores sem posses. Eles eram excluídos dos meios de subsistência que só encontrariam nas plantações escravagistas das novas terras, cuja produção e lucros gerados eram mais acelerados do que os das pequenas propriedades.

⁸ A Cabanagem foi uma das maiores, senão a maior, revolta do Norte do Brasil Império. Teve uma dimensão gigante no eixo capital da Província do Pará e via os rios principais dos sertões da Amazônia: Amazonas, Tocantins, Xingu, Tapajós, Madeira, Negro e Solimões. Verifica-se que, entre outubro de 1836 e de 1837, os conflitos bélicos marcavam a “paisagem” diária, frequentemente, em todo território paraense. Apesar de Belém já estar sob jurisdição de um governo reconhecido pelo império, muitas áreas da região estavam mobilizadas em confrontos violentos continuamente. Nesse contexto, a Ilha do Marajó, o rio Acará, a região Sul de Belém e o Baixo Amazonas destacavam-se como áreas de confrontos intensos entre rebeldes e legalistas. Destaca-se que tais áreas foram expoentes de antigos núcleos coloniais, economias camponesas e ribeirinhas vinculadas à produção para exportação em pequena escala (LIMA, 2008; HARRIS, 2017).

⁹ É o conceito andino que significa Pacha = espacio-tiempo. Em qhichwa e aymara tem significado “la revuelta o conmoción del universo”. Assim como todo ditado andino, *pachakuti* pode ter interpretações ambivalentes e divergentes ou complementares, ainda que antagônicas em determinadas situações como no sentido “el de catástrofe o el de renovación” (CUSICANQUI, 2010a, p. 43-44).



travessias para os sertões do Baixo Tapajós em torno do forte Ecuipiranga¹⁰ despertaram a fúria dos comandantes imperiais, segundo a documentação dos “legalistas” da época. Um deles, João Henrique Matos, em 1842, se referia a Ecuipiranga como um lugar de perturbadores da ordem pública desde 1835. Segundo ele, estabeleceu-se ali o ponto de reunião da revolta mais fortificado, com todos os recursos e praças comandadas pelas principais chefias, e onde se localizava a esperança dos revolucionários cabanos (HARRIS, 2017; BARRIGA, 2014).

Cabe aqui pensar a Cabanagem como uma situação histórica de ocupação e de retomada do espaço social da Amazônia. Essa perspectiva pode ser compreendida à luz da triplicidade espacial proposta por Lefebvre (2006). Não se trata apenas de uma dimensão textual ou contextual, mas de um processo histórico que marcou profundamente as situações históricas¹¹ das memórias largas dos povos amazônicos, em constante diálogo com suas memórias curtas¹².

Os recentes trabalhos já citados, além de outros estudos acadêmicos brilhantes, entre dissertações, monografias, teses e artigos como os de Lima (2008), Melo (2015), Lima (2002), Scaglione (2019) e Ricci (2007; 2008), demonstram a participação, as identidades políticas, além da etnicidade e racialidade dos sujeitos advindos de contextos sociais mais vulneráveis e subalternizados, como os indígenas, quilombolas, ribeirinhos, brancos pobres e soldados desertores.

1.1. Processos de Territorialização Indígena

Aqui buscamos analisar as situações históricas que atravessaram povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos durante e após a Cabanagem, destacando os distintos processos de territorialização e sua abordagem nos estudos recentes. Nesse contexto, cabe indagar: além da questão racial, foi também a Cabanagem uma das primeiras organizações de luta de “classe” étnico-racial na Amazônia? O movimento não apenas reuniu povos indígenas, mas também expressou a condição de populações submetidas à divisão internacional do trabalho imposta à região, marcada por diferentes processos de territorialização¹³.

¹⁰ Ecuipiranga foi um acampamento baluarte dos cabanos rebeldes do interior durante a Cabanagem, localizado entre Santarém e Óbidos, na margem Sul do rio Amazonas, a 24 km da Vila Franca.

¹¹ Entende-se por situação histórica uma forma de compreender as dinâmicas de poder entre grupos sociais, especialmente étnico-raciais, a partir de estruturas que, ao longo do tempo, reproduzem exclusões e subalternizações, sobretudo a partir do avanço do modo capitalista de apropriação do espaço. Diferentemente das abordagens historicistas baseadas em fases ou etapas, essa noção busca captar narrativas singulares que revelam como se constituem ou se desfazem certas configurações sociais. O conceito também visa analisar a distribuição desigual de poder, considerando tanto as normas gerais quanto suas formas específicas de dissimulação, para além do que é legalmente instituído ou conscientemente percebido pelos agentes. Essa perspectiva foi formulada por João Pacheco de Oliveira Filho (2015), que a diferencia de análises meramente contextuais.

¹² “Memórias largas” se refere a uma perspectiva de historicidade que alcança os tempos largos das lutas anticoloniais indígenas e dos seus antigos territórios tradicionais. Essa leitura também é adotada quando investigamos e pensamos territórios quilombolas e ribeirinhos que remontam aos tempos da colonização, para o entendimento de uma luta que ocorre não somente em defesa das tradições e direitos territoriais, mas também de uma “classe” étnico-racial que se forma desde a invasão ibérica até o pós-independência. Essa “classe” se organiza no alvorecer da integração dos Estados Nacionais por meio de sindicatos e é mobilizada por suas memórias nativas mais antigas das rebeliões indígenas. No caso do mundo andino boliviano, as lutas de Tupac Katari são retomadas no contexto da situação histórica de lutas de classes (CUSICANQUI, 2010b).

¹³ A noção de territorialização refere-se a um processo de reorganização social no qual os povos e comunidades passam a se reconfigurar em uma nova unidade sociocultural, marcada por uma identidade étnica própria e diferenciadora.


QUADRO 1: Comparativo dos Processos de Territorialização Indígena no Brasil.

Processo	Temporalidade	Características principais	Consequências para os povos indígenas
1º - Espaço do ordenamento territorial - Missionário.	Séculos XVI-XVIII (período colonial).	<ul style="list-style-type: none"> - Missões católicas (inicialmente móveis, depois fixas); - <i>Descimentos</i> (deslocamentos forçados); - Imposição da língua geral (nheengatu); - Controle das lideranças. 	<ul style="list-style-type: none"> - Desestruturação dos modos de vida; - Perda de território e autonomia; - Submissão aos valores coloniais religiosos e sociais.
2º - Pombalino / Diretório dos Índios.	Século XVIII (gestão pombalina).	<ul style="list-style-type: none"> - Expulsão dos jesuítas; - Criação do <i>Diretório dos Índios</i>; - Transformação das aldeias em vilas; - Incentivo ao casamento inter-racial; - Imposição da língua portuguesa. 	<ul style="list-style-type: none"> - Assimilação forçada; - Regularização da propriedade privada da terra; - Expansão de engenhos e fazendas; - Crescimento dos quilombos na Amazônia.
3º - Tutelar / Indigenismo Oficial.	Fim do século XIX – início do século XX.	<ul style="list-style-type: none"> - Política de pacificação do Estado; - Regime tutelar; - Diluição das etnias em uma “indianidade genérica”; - Mediação estatal das relações locais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Etnogênese como resistência e retomada identitária; - A <i>zona de mestiçagem estatal</i> enquanto um <i>terceiro espaço</i>¹⁴; - Reinvenção coletiva das identidades indígenas entre a resistência e aculturação.

Fonte: Oliveira, 2016; Cardoso 2018.

Esse processo envolve a formação de mecanismos políticos específicos, a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais e a reelaboração de suas práticas culturais e da relação com o passado. Trata-se, portanto, de uma dinâmica ativa de reconstrução territorial, histórica e identitária diante das imposições externas (OLIVEIRA, 2016).

¹⁴ Bhabha (1998) ajuda-nos a entender que, no decorrer das lutas sociais e construções identitárias, é necessário adentrarmos em uma zona que se localiza para além das oposições (esquerda-direita; mercantil-marxista; senhor-escravo etc.). É nesse espaço contraditório da temporalidade da negociação ou tradução (e não de negação) enquanto demarcador de dissenso, de alteridade e outridade, que irá surgir um terceiro espaço filtrado pelos diversos poderes simbólicos. Ou seja, não existe enunciado que seja ditado por uma consciência que se sabe plenamente em sua própria posição. A enunciação ocorre sempre em um espaço de tradução, onde se joga entre o que se quer dizer e o que se é capaz de dizer. Tal movimento flutuante emana dos povos, das comunidades, do feminismo racial diverso; das lutas de classe que manifestam uma instabilidade oculta que somente pode ser articulada enquanto “práxis cultural” desse espaço indeterminado dos sujeitos da enunciação. Portanto, esse terceiro espaço, embora aparentemente irrepresentável, constitui as condições discursivas da enunciação que garantem que o espelho do passado originário, mantido intocado na tradição nacional do povo, seja derrubado por essa temporalidade subversiva que desloca a narrativa ocidental da escrita homogênea, linear, serial... (BHABHA, 1998; ANDERSON, 2008).



Flávio Gomes (2005), mais focado nas experiências dos quilombos e nas lutas de seus sujeitos que resistiam conforme as especificidades regionais e locais, logrou uma organização, ainda que dispersa e parcial, referente às práticas espaciais, mas focada nas relações sociais. Com isso, verificou na Capitania do Pará casos de formação de “mocambos¹⁵ de índios”, em especial nas regiões de Alter do Chão, Melgaço, Nogueira, Santarém, Boim, Barcelos, Serpa, Colares, Portel, entre outras. Nas freguesias onde foram implantadas as principais vilas e diretórios nos anos de 1750, “fugir e estabelecer mocambos [...] podia significar resistir às imposições dos aldeamentos” (GOMES, 2005, p. 65). Além de mocambos de índios, o pesquisador aponta mocambos constituídos por negros e índios em meados do século XVIII e início do XIX, destacando-se a Ilha do Marajó nessa formação espacial de resistência da relação afro-indígena. Menciona, ainda, os mais recorrentes mocambos formados por negros dispersos pelas matas e rios do Estado do Grão-Pará, com destaque para o Baixo Amazonas, Rio Tocantins, Amapá e, mais uma vez, o Marajó. “Não faltando lugar, não faltavam fugitivos e mocambos” (p. 55).

Contudo, Gomes (2005) analisa o objetivo da fixação das comunidades quilombolas, apesar das constantes migrações em função dos ataques e das caçadas das tropas lusas. Para o autor, chave para entender esse processo é a formação do campesinato negro, sobretudo no período pós-abolição da escravidão e no Brasil República. As autoras Rosa Acevedo Marin e Edna Castro (1993) corroboram essa perspectiva, definindo o campesinato negro a partir de suas experiências históricas, avaliando que:

A formação histórica de segmentos mais antigos do campesinato na Amazônia origina-se da ruptura de escravos com as estruturas econômico-sociais do passado colonial, representada pela fazenda ou o engenho, constituindo-se nos grupos camponeses mais antigos da região (MARIN; CASTRO, 1993, p. 161).

Assim como Marin e Castro (1993), Flávio Gomes (2005) trabalha com a categoria do “campesinato negro”, confirmando que as comunidades negras rurais vivem do cultivo da terra por questão de sobrevivência e organização social, aspecto que demarca sua etnicidade e raça, remetendo aos quilombos durante o regime de escravidão. Ainda que alguns quilombos migrassem constantemente para garantir sua sobrevivência, muitos se estabeleceram em um único lugar durante longos períodos, cultivando seus alimentos, o que lhes garantia a subsistência e interações com a sociedade local através das trocas comerciais.

Nos diários de Frei Caetano Brandão, escritos durante suas visitas pastorais pela Capitania do Pará (1783 e 1789), havia registros que indicavam uma herança da organização espacial da era pombalina. Esse aspecto, residia nas descrições de uma civilidade lusa nas povoações em detrimento da conversão dos indígenas das povoações de índios, embora em seus relatos se observasse uma maior reverência ao referir-se aos primeiros núcleos coloniais do Estado do Grão-Pará, que demarcavam as povoações de branco¹⁶.

¹⁵ Salles (1988), por meio de Barbosa (2004), informa que o termo “mocambo” tem o mesmo sentido que quilombo. O primeiro designa “aldeamento provisório” e o segundo “aldeamento fixo” (SALLES, 1988 *apud* BARBOSA, 2004, p. 39).

¹⁶ Amazônia Colonial do passado é o território que compreende o Estado do Grão-Pará e Maranhão (composto pelo Pará, Piauí, Rio Negro e Maranhão) desde sua primeira formação (1621-1751), com sua criação em 1751 e separação em 1772/1774. Essa região também configura outra diferença na gestão espacial pombalina: uma divisão que já parte de uma ideia racial marcada pela forte presença indígena. Tornou-se, assim, o único território luso dividido em povoações de índios e brancos. Na Capitania do Rio Negro, havia apenas povoações de índios (CARDOSO, 2018).

De acordo com Francisco de Assis Costa (2010), é nesse período do final do Diretório que passa a se configurar um campesinato típico amazônico, que veio a se estabelecer como um “campesinato caboclo” ou ribeirinho, sobretudo de famílias mestiças com indígenas. Tais famílias criaram condições internas e conhecimentos para viver fora do Diretório a partir do seu amplo domínio do meio ambiente, embora ainda houvesse certo grau de dependência de mercadorias europeias. Essa virtude de subsistência garantiu sua reprodução por meio do seu próprio trabalho, passando, assim, a se inserir enquanto uma unidade fixa e nuclear no mundo mercantil.

No entanto, no final do século XVIII, apesar do engajamento do Estado na economia e do controle da mão de obra indígena da gestão pombalina, os núcleos foram impactados pelas reformas de Francisco Coutinho e pelo desmembramento do Diretório, ocasionado pela tirania dos diretores. Segundo o próprio governante, as povoações se tornaram inabitáveis para muitos indígenas, e quando o Estado deixou de atuar como principal protetor, organizador e fiscalizador no interior das vilas, práticas abusivas voltaram a ser cometidas por oficiais militares, proprietários e outros empregadores. Muitas dessas arbitrariedades eram impulsionadas pela própria escassez de recursos¹⁷.

A ideia das reformas pós-pombalinas para os indígenas das antigas povoações visava tornar possível que esses grupos vivessem entre os outros habitantes da Capitania do Pará. A partir dessa lógica, a população composta de mestiços de indígenas e brancos foi muito favorecida, pois incorporava com mais facilidade a dinâmica da produção mercantil e da nova divisão de trabalho do início século XIX. Esse processo, no entanto, gerou consequências irreversíveis para os indígenas das vilas, como a perda do reconhecimento coletivo identitário (HARRIS, 2017).


1.2. A Cabanagem e os Processos de Territorialização na Amazônia.

No início do século XIX, ainda se atravessava a segunda etapa do processo de territorialização, marcada pela transformação de aldeias missionárias em vilas. Essas vilas viviam processos de urbanização e de arregimentação da força de trabalho indígena – nos aldeamentos, no recrutamento militar ou em propriedades privadas. Na fase pós-diretório, os indígenas sofreram ainda mais as consequências da colonização. Já não estavam vinculados aos núcleos coloniais, mas reféns de uma expansão econômica que não reconhecia sua presença. Muitos descendentes passaram a trilhar trajetórias individuais, buscando escapar dos estigmas, inclusive pela tentativa de embranquecimento, geralmente sem sucesso. O resultado desse processo foi a invisibilização progressiva da presença indígena na sociedade nacional.

Nesse contexto, tornaram-se frequentes os chamados “mocambos de índios”¹⁸, já registrados desde o século XVII. Esses agrupamentos representavam uma forma de resistência, quando indígenas fugiam dos aldeamentos e se organizavam nas matas, em paralelo aos quilombos de afri-

¹⁷ VER: COELHO, Mauro César; MELO, Vinicius Zuniga. Nem heróis, nem vilões: O lugar dos diretores das povoações nas dinâmicas de transgressão à lei do Diretório dos índios (1757-1798). *Rev. Hist.*, São Paulo, 174, jan-jun 2016. <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2016.115846>>.

¹⁸ Outro ponto notável, conforme as documentações levantadas nos estudos de Cardoso (2008, 2018) e Gomes (2005), é o fato de que essas organizações resultaram de uma leitura mundo colonial mais localizada no espaço da Amazônia pombalina. Nesse cenário, os indígenas também conseguiam reagir de forma mais radical ao mundo do trabalho da vassalagem vigente durante o Diretório. Isso pode ser observado no discurso oficial que deixa transparecer, na ambivalência do seu enunciado, a existência de um “terceiro espaço” visível na maneira como o colonizador descrevia os mocambos de índios. Esses mocambos recebiam classificações mais genéricas e punições diferenciadas quando comparadas aos mocambos de bases negras, que, diferentemente daqueles, eram nomeados a partir do perfil cultural das comunidades negras que os compunham, resistindo ao mundo do trabalho escravo.



canos fugitivos. Como observa Gomes (2005), havia continuidades entre essas territorialidades de resistência africanas e indígenas, que compartilhavam estratégias de luta, adaptação e sobrevivência frente à repressão.

Por outro lado, grande parte dos indígenas mestiçados – identificados à época como caboclos, cafuzos, mamelucos e mulatos – e as comunidades ribeirinhas viviam sob a condição de invisibilidade imposta pelo Estado imperial. Essas populações, reduzidas à categoria de “comunidades caboclas”, resultavam da desagregação das antigas sociedades indígenas, sem o reconhecimento jurídico de “vassalos da Coroa”.

1.2.1. Classes Étnico-Raciais e a Revolução Cabana

Os camponeses negros livres, junto com aqueles que se insurgiam contra a escravidão em quilombos, compunham uma verdadeira (contra)cartografia do mundo do trabalho, pouco reconhecida pela historiografia cabana dominante. Embora fragmentada e distante das lideranças ilustradas de Belém, essa geografia de resistência configurava formas autônomas de contestação da ordem escravista-imperial (ALMEIDA, 2008; GOMES, 2015).

Na nova ordem imperial, os indígenas perderam o status jurídico de vassalos da Coroa e passaram a ser tratados como indivíduos isolados. Muitos não se sentiam seguros nas vilas e eram convocados arbitrariamente para trabalhos compulsórios. Assim, gradualmente, compartilharam angústias e interesses comuns com camponeses, mestiços, escravizados e brancos pobres. Esse bloco social subalternizado emergiria com força na Revolução Cabana, única no Brasil a ocupar o palácio do governador e instalar, por um período, um governo popular (SOUZA JUNIOR, 2022; TRECCANI, 2001).

A Cabanagem nasceu das tensões do mundo étnico-racial do trabalho na recém-criada Província do Pará. Inicialmente articulada pela elite – nomes como Felipe Patroni, Batista Campos e Felix Malcher –, a revolução logo ultrapassou seus limites, mobilizando trabalhadores indígenas e ribeirinhos que compunham a base social do movimento. O termo “cabanagem” expressa essa massa de trabalhadores pobres, em sua maioria ribeirinhos¹⁹, que viviam em cabanas e não tinham seus direitos reconhecidos.

Essa heterogeneidade também trouxe altos custos humanos e materiais. Prisões, mortes e deslocamentos recaíram especialmente sobre indígenas, negros e mestiços. Eduardo Angelim perdeu o controle da capital em 1836 e refugiou-se no rio Capim, onde registros indicam que recebeu apoio de grupos indígenas, possivelmente Ka'apor (LIMA, 2004).

Com a ascensão de Francisco José Soares de Andrea, intensificou-se a militarização da província. A repressão reorganizou os “corpos de trabalhadores” (1838), reunindo negros, indígenas e mestiços sem propriedade em contingentes compulsórios, desde os dez anos de idade (PAZ,

¹⁹ Os ribeirinhos são grupos sociais que se constituíram nesse processo de colonização na Amazônia, marcado pela forma violenta através da qual os indígenas foram integrados à sociedade colonial e, posteriormente, ao Estado Nacional, conforme o estudo de Pereira (2014). Tal pesquisador nos lembra da resistente presença indígena na Amazônia lusa, que marca um dos entendimentos das práticas espaciais de comunidades ribeirinhas que assumem determinadas características etnossociais e territoriais. No âmbito do imaginário estatal, essas práticas são sequer próprias do “estilo de vida” das comunidades indígenas, nem uma reprodução cultural dos lusitanos colonizadores (PEREIRA, 2014). Além disso, Oliveira (2016) e Almeida (2008) destacam o processo de destituição dos direitos coletivos das territorialidades específicas dessas famílias caboclas como resultado do processo violento ocorrido a partir do Estado Nacional, tendo em vista que esses grupos não eram mais considerados “aldeados” nem reconhecidos como parte de nações indígenas específicas.

2020). Essa política consolidou uma divisão racial do trabalho, reflexo da colonialidade do poder (QUIJANO, 2005; QUIJANO; WALLERSTEIN, 1992). Essa medida foi justificada pela suspeita de um “pacto secreto” cabano entre homens de cor, que supostamente planejavam “darem cabo de tudo quanto for branco” (RICCI, 2007, p. 27). A partir dessa leitura, tornou-se indispensável, para o governo imperial, proteger a multiplicação de “brancos”.

Os povos indígenas, por sua vez, ficaram divididos entre apoiar as lutas cabanas ou se alinhar às forças legalistas. Foi o caso dos munduruku, que se uniram às tropas do governo e participaram da chacina de um grande contingente do grupo “murificado” com os Muras, na região do rio Autaz (HARRIS, 2017; LIMA, 2004).

1.3. Mulheres na Memória e na Prática Cabana

A Cabanagem, enquanto luta por transformação das condições da classe trabalhadora, precisa ser revisitada pela memória oral coletiva²⁰, especialmente pela perspectiva das mulheres ribeirinhas, quilombolas e indígenas. Em diferentes regiões do Pará, suas histórias revelam um protagonismo pouco visibilizado, para além dos papéis domésticos ou de herdeiras de terras.

A historiadora Eliana Ramos (2010) identificou mulheres atuando ativamente no movimento, mesmo sem serem consideradas cidadãs pela lei. Estavam registradas como posseiras, arrendatárias, herdeiras e senhoras de terra, ainda que com garantias desiguais em comparação às mulheres brancas. Essas evidências mostram que, embora limitadas pelas fontes, as práticas espaciais femininas também integraram o movimento cabano.

Com base nisso, propõe-se uma leitura descolonizadora das vozes cabanas, que recupere a presença das mulheres na guerra e na resistência. Esse trabalho vem sendo desenvolvido por pesquisadoras e educadoras comunitárias indígenas, quilombolas e ribeirinhas, em especial da Região Guajarina, Marajó, Baixo Tapajós e Xingu, no âmbito da “nova cartografia histórica”²¹ conduzida pelo IPPCS.

2. O IPPCS e a Governabilidade Cabana Contemporânea

Neste tópico, apresentamos a gênese organizacional do Instituto de Pesquisa Projeto Cartografando Saberes (IPPCS), que se consolidou a partir de uma proposta de gestão cabana protagonizada por mulheres amazônicas de contextos específicos²².

Com a reeleição da diretoria para o mandato de setembro de 2022 a setembro de 2024, prevaleceram somente mulheres na diretoria executiva: Alanna Souto Cardoso Tupinambá (presidente);

²⁰ Aqui trabalha-se com a noção de memória, conforme Le Goff (1990), enquanto uma bússola que orienta o destino dos povos, servindo como um instrumento de poder: “Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva” (p. 426). Nessa direção, Freire (2008) ajuda no entendimento das reivindicações da memória coletiva das sociedades orais por meio da etno-história, conceito que recoloca e reconhece o valor dessa memória quando se pensa, por exemplo, em um novo mapeamento do passado. Isso permite a integração dessas novas fontes, a fim de serem trabalhadas pelo historiador utilizando novas metodologias, em uma perspectiva interdisciplinar, para abarcar o vasto campo do entendimento das múltiplas frentes de existências e resistências dos territórios tradicionais. Implica, também, na perspectiva mais peculiar da orientação e dos encaminhamentos dos seus resultados.

²¹ Ver: <<https://www.instituto-cartografando-saberes.com/a-nova-cartografia-historica/>>

²² Ver: CARDOSO, Alanna Souto. Algumas concepções de mulheres em contextos específicos e segmentos para um planejamento estadual de políticas públicas para mulheres. Instituto Cartografando Saberes, 2021. Disponível em: <<https://www.instituto-cartografando-saberes.com/artigos/>>



Andreia Kumaruara (suplente da presidência); Jully Miranda, geógrafa quilombola (coordenação de secretaria e tesouraria); e Edenilza Borges (coordenação administrativa).

Nesse 2º mandato, consolidou-se o entendimento de que o protagonismo das mulheres indígenas, quilombolas e ribeirinhas pode abrir caminhos para uma gestão mais equitativa de gênero, etnia, “raça”, classe e projetos comunitários. Essa perspectiva também preparou o terreno para a diretoria executiva atual (dezembro de 2024 a janeiro de 2028), composta por mulheres negras, quilombolas, indígenas e LGBTQIA+, além de homens indígenas, quilombolas e ribeirinhos: Alanna Souto Cardoso Tupinambá (presidente reeleita); Mario Xipaia (vice-presidente); Erasmo Theofilo, camponês quilombola (coordenação de secretaria e tesouraria); e Daniele Silva (coordenação administrativa).

Tal direcionamento converge com análises que denunciam a hegemonia masculina e branca na produção acadêmica das universidades e grandes grupos de pesquisa, cujos cânones dificilmente contemplam os feminismos comunitários. A forma de falar e de se expressar fora dos protocolos convencionais, especialmente em congressos e espaços formais, causa desencontros de entendimento e deslegitimação, uma vez que corpos femininos e racializados não são reconhecidos como referência para a comunicação acadêmica. Não por acaso, “[...] muitas mulheres autoras têm sido criticadas no trabalho de campo, apresentações, salas de aula, por estarem longe do padrão acadêmico masculino, racionalista, de corpo estruturado e quieto” (BEZERRA *et al.*, 2018, p. 76).

Ainda assim, intelectuais negras, indígenas, ribeirinhas e quilombolas transformam seus corpos-territórios em espaços de enunciação, afirmando epistemologias próprias que revisitam e tensionam os cânones. Nesse contexto, surgem obras coletivas fundamentais, como “Mulheres quilombolas – territórios de existências negras femininas” (DEALDINA, 2021) e “Vivências diversas – Uma coletânea de indígenas mulheres” (BANIWA; KANGANG; TREMEMBÉ, 2020), que reúnem narrativas, memórias e análises críticas a partir de experiências de vida, cosmologias e práticas comunitárias.

Na Amazônia, como demonstra Cardoso (2025), iniciativas semelhantes vêm sendo estruturadas pelo Instituto de Pesquisa do Projeto Cartografando Saberes (IPPCS), que organizou o projeto Autoras amazônidas: gênero, raça, classe e produção científica comunitária. A publicação, parte do projeto Mapas da Produção (habilitado pela Lei Semear/PA/2023)²³, demarca espacialmente a produção de conhecimento de lideranças mulheres racializadas da educação comunitária de diferentes territórios (ilhas, ribeirinhas, quilombolas, povos do Marajó, Baixo Amazonas, Baixo Tapajós e Xingu). Estruturada em sessões regionais com comitês científicos próprios, a coletânea afirma a potência da produção comunitária e coletiva, além de tensionar os padrões de cientificidade hegemônicos e inscreve outras epistemologias no campo acadêmico²⁴.

Esta experiência resultou no capítulo *Autoras amazônidas: gênero, raça, classe e a produção científica comunitária*, de minha autoria, publicado na coletânea *América Latina mulheres! Ciência, movimentos sociais e arte: caminhos em [re]construção* (SIMÕES, 2025). O texto evidencia como as epistemologias comunitárias amazônidas se articulam a um movimento mais amplo de produção crítica de conhecimento científico, político e artístico em toda a América Latina.

O IPPCS, enquanto associação sem fins lucrativos, tem como missão construir um espaço coletivo de produção de conhecimento, tanto na dimensão científica quanto na formação em edu-

²³ <<https://www.institutocartografandosaberes.com/a-nova-cartografia-historica/>>; <<https://www.institutocartografandosaberes.com/catedra-livre-agenda-mapas-de-producao-educacao-popular-comunicacao-e-patrimonio-comunitario>>.

²⁴ <<https://www.institutocartografandosaberes.com/das-diretrizes-a-curadoria-e-ao-comite-cientifico/>>.

cação popular. O projeto mobiliza educadores(as) – homens, mulheres e pessoas LGBTQIA+ – a partir de seus contextos territoriais e identitários, enfrentando os limites ainda impostos por uma epistemologia colonial que marginaliza outros saberes.

Nesse sentido, a proposta de uma gestão de governabilidade cabana busca qualificar o corpo técnico e formativo do IPPCS por meio de uma política de memória articulada com suas lideranças e educadores(as) comunitários(as), consolidando uma prática político-científica coletiva territorializada para o fortalecimento de suas territorialidades específicas²⁵.

A retomada da governabilidade cabana parte do entendimento de que a Cabanagem foi um movimento social profundamente enraizado nas camadas populares, em busca de libertação diante de um poder excludente no período regencial. Contudo, como analisa Magda Ricci (2007), apesar de seu caráter revolucionário, o governo cabano careceu de planejamento estratégico e de um projeto político consolidado. Essa ausência de diretrizes limitou a consciência política das massas e abriu espaço para o avanço de ideologias dominantes, como o liberalismo e o escravismo, que acabaram por sufocar a revolução.


Embora a memória da Cabanagem seja mais reconhecida por sua expansão no Alto, Médio e Baixo Tapajós, a literatura aponta para a sua forte presença em outras regiões, com destaque para Belém, Acará e Marajó, alcançando também as margens do rio Madeira (RICCI, 2008).

Com base na memória histórica e na atual articulação das coletividades indígenas e tradicionais, propõe-se um projeto de governabilidade cabana contemporâneo no campo da sociedade civil organizada. Essa proposta estrutura-se por meio de associações voltadas à produção de conhecimento e à formação de movimentos de base, com vistas à construção de uma governança coletiva dos saberes científicos e tradicionais, em diálogo com a sociedade, instituições públicas e entidades privadas. Dessa forma, reafirma-se a possibilidade de um poder científico popular, enraizado nos territórios e conduzido pelos próprios sujeitos que historicamente resistem.

A Cabanagem foi um símbolo de organização popular muito usado pela memória recente da governabilidade do poder público municipal e/ou do Estado no Brasil República. Há dois momentos de disputas políticas eleitorais no Pará, em períodos distintos, nos quais o movimento foi utilizado em narrativas de chegada ao poder direcionadas às massas famintas. O primeiro ocorreu no âmbito do governo Estadual com o Jader Barbalho (1983-1987), do PMDB, e o segundo, no governo municipal com o prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues (1997-2004) do PT. Ambos usaram as narrativas cabanas em suas disputas eleitorais e projetos de poder, em defesa dos interesses do povo, e, para isso, precisaram adaptar o discurso cabano diante das conjunturas que enfrentavam em sua época. Nesse contexto, Jader Barbalho certamente precisou ceder e se alinhar à leitura política de José Sarney, que assumia a presidência na época (BARBOSA, 2010).

A cultura dominante de um governo, independente de controle ideológico, contribui para integração real de determinada classe ou grupos dominantes que configuram um poder público em uma integração “fictícia” na sociedade em sua totalidade. Isso garante a comunicação imediata

²⁵ Tratamos a territorialidade específica enquanto construção política de uma identidade coletiva demarcada pela percepção dos agentes sociais. A partir desse conceito, depreende-se que a possibilidade de garantir de forma estável o acesso a recursos essenciais fundamenta uma territorialidade específica, gestada por meio de históricas reivindicações e intensas lutas das comunidades envolvidas. Essa territorialidade não se limita ao espaço físico, mas revela-se como um campo de diálogo – por vezes tenso, por vezes negociado – com os agentes antagonistas e com as instâncias do poder estatal. Trata-se, assim, de um processo dinâmico no qual as comunidades reafirmam sua presença, constroem legitimidade e estabelecem mecanismos de defesa e sobrevivência, conferindo novos sentidos e significados ao território que habitam ou às suas coletividades e organizações comunitárias legais (ALMEIDA, 2008).



entre todos os seus membros, distinguindo-os de outras classes, fator que ocasiona a desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas. Como consequência, ocorre a legitimação da ordem estabelecida por meio das distinções (hierarquias), assegurando a sua manutenção.

Esse direcionamento de efeitos ideológicos produz a cultura dominante que mascara a função de divisão na própria função da comunicação, ou seja, a cultura que une (intermediária da comunicação) pode ser também a cultura que separa (instrumento de distinção), legitimando, assim, as distinções. Esse processo resulta na marginalização de todas as outras culturas (designadas como subculturas), privilegiando aquelas aclamadas pela ordem vigente, enquanto as preteridas passam a se definir pelas suas distâncias da cultura dominante (BORDIEU, 1989).

Sendo assim, a retomada da governabilidade cabana está inserida nas disputas de poder simbólico das lutas de classes, como afirma Pierre Bourdieu (1989), enquanto produções simbólicas usadas para instrumentalização de dominação dos grupos que estão no poder. Trata-se de bens simbólicos, que, diferentemente dos bens materiais, só podem ser apropriados por sujeitos que tem um sistema de apreciação, ou seja, códigos para interpretação e valorização.

Para Cesaltina Abreu (2015) o capital cultural é demarcado por uma composição de posições cultivadas que formam a compreensão dos bens simbólicos e culturais. Tal conceito se aproxima da perspectiva de Bordieu (2007), segundo a qual o capital cultural está intimamente relacionado aos sistemas de disposições (*habitus*), ou seja, demarca “hábitos de classe diferenciados”.

Com base nisso, avaliamos a importância da composição da gestão marcada pelo protagonismo das mulheres indígenas, traduzindo-se em uma governabilidade cabana que age para a formação de uma academia comunitária. Esse projeto torna-se possível por meio da rede educadoras/educadores acadêmicos comunitários na gestão de saberes científicos e processos formativos enraizados nas comunidades. Tal prática ainda se configura mais como uma espécie de “terceira margem” ou “terceiro espaço” (BHABHA, 1998), uma zona da “produção do saber acadêmico convencional”, marcada por um sistema de apreciação simbólico advindo de famílias que habitam e/ou habitavam em terras tradicionalmente ocupadas.

No que se refere aos projetos que visam a um novo mapeamento do passado dos povos da Amazônia, a princípio organizado por uma gestão de mulheres educadoras de contextos específicos do Instituto de Pesquisa Projeto Cartografando Saberes (IPPCS), questiona-se: o que a governabilidade cabana e as memórias cabanas têm a ver com emergência indígena?

A consciência da governabilidade cabana afirmada em um grupo de produção de conhecimento comunitário se expressa na defesa dos saberes, na produção de conhecimentos de seus territórios e comunidades e nas formas de gestão autônomas de projetos locais. Contudo, essas experiências ainda operam, em grande parte, à margem, devido à dispersão das lideranças locais (em especial, as mulheres indígenas) e da invisibilização de outras organizações pela concentração de recursos em determinadas regiões, ou pelo foco restrito a algumas lideranças. Estas, mesmo quando beneficiadas e aprovadas nas instituições de poder, ainda continuam favorecendo a reprodução do monopólio arbitrário de grupos de pesquisa e empresariais em relação à direção de projetos²⁶.

A retomada da memória cabana, conduzida por educadoras e acadêmicas comunitárias indígenas e ribeirinhas, constrói um projeto de luta enraizado no pertencimento histórico desses povos. Ele reafirma a continuidade das famílias de bisnetas(os) e netas(os) de indígenas que, durante a

²⁶ Ver também SANTOS, Milton. *O espaço dividido: Os dois circuitos da Economia Urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

Cabanagem, já eram classificadas(os) como caboclas(os) pela Província do Pará, reflexo do não reconhecimento estatal no Brasil Regente. Vale lembrar que muitos indígenas haviam sido excluídos de suas identidades coletivas desde a Carta Régia de 12 de maio de 1798²⁷, que extinguiu o Diretório e promoveu a conversão gradual dos indígenas em colonos.

É importante destacar, ainda, as regiões que foram principais alvos de empreendimentos de engenhos e de ocupação de grandes terras, também destinadas à implantação da pecuária por meio de cartas de sesmaria, desde meados do século XVII, fato que marca o início do primeiro projeto de colonização na Capitania do Pará. Segundo Treccani (2001), as terras mais procuradas inicialmente localizavam-se nos arredores de Belém, como Pinheiro (atual Icoaraci), Val de Cães e Utinga; às margens do rio Guamá, próximas à Casa Forte e ao rio Capim; nas proximidades dos rios Arari e Anajás na Ilha do Marajó; e em Gurupá. As áreas do Marajó e próximas ao rio Guamá foram as mais beneficiadas, com maior número de confirmações.

No século seguinte, o Baixo Tocantins – em especial Cametá, Moju e Acará – também foi fortemente impactado por muitos empreendimentos de engenhos. As ordens religiosas, sobretudo os Jesuítas, tomaram grande parte dessas terras e da mão de obra indígena local, cuja posse passou a simbolizar riqueza nos dois primeiros séculos da ocupação do Estado do Grão-Pará e Maranhão. A concentração de riqueza, somada aos conflitos com os colonos, acarretou a expulsão dos Jesuítas do território amazônico. Tal medida foi tomada a partir da ascensão do Marquês de Pombal, que também reconfigurou o Estado do Grão-Pará e Maranhão. Além disso, para intensificar a economia agrícola e diversificar a mão de obra, criou-se, em 7 de julho de 1755, a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, que tinha como uma de suas missões trazer escravos negros da África.

A Ilha do Marajó era a região em que se concentrava a maioria das atividades de pecuária, representando 76% do total das sesmarias, nas quais a criação de gado era a atividade predominante (TRECCANI, 2001).


Observa-se que, em geral, o processo de ocupação dessas terras pelos senhores(as) sesmeiros envolviam conflitos com a população indígena local, especialmente na região Guajarina, com os Tupinambá, que recuaram somente após a morte do cacique Guamiaba, durante o levante Tupinambá (1617-1621) (CASAL, 1946).

Já no Marajó indígena, em meados do século XVIII, as esposas dos indígenas das chamadas “nações” nheengaiabas ainda eram proibidas por seus companheiros de aprender a língua geral amazônica (LGA), conforme relata o padre João Daniel (1975). É sabido que, muitas vezes, a tentativa de falar a língua dos “índios” Tupinambá não tinha nenhum êxito no trato com os nheengaiabas, que falavam diversas línguas do tronco *Aruak*. A última tentativa de pacificação desses povos ocorreu com a saída de uma frota de 12 canoas da aldeia Camutá, entre 16 e 27 de agosto de 1659, composta pelo Jesuíta Manuel Pires, o Padre Antônio Vieira, seis soldados da praça de Cametá, sendo os demais membros “índios cristãos” Tupinambás de arco e remo (VIEIRA, 1735).

Na ilha do Marajó, desde meados do século XVII, os lusitanos enfrentaram cerca de 44 anos de guerra contra os nheengaiabas²⁸, em um cenário de dominação do colonialismo português (DIAS, 2016). A guerra cessou somente após a missão liderada pelo cacique Piyé Mapúa, que con-

²⁷ Documento completo disponível em: <https://lemad.fffch.usp.br/sites/lemad.fffch.usp.br/files/2018-04/A_carta_regia_de_12_de_maio_de_1798B.pdf>

²⁸ “nheengaiabas” é um termo em tupi usado pelos portugueses de forma pejorativa para classificar as “nações” indígenas do Marajó que não eram do tronco linguístico Tupi. As línguas derivadas desse tronco eram consideradas “línguas boas”, enquanto as dos nheengaiabas eram “línguas ruins” em razão da dificuldade da sua conversão para o



seguiu pacificar cerca de 53 das principais “nações” de diferentes línguas, dentre as quais havia os “(...) Mamaynas, os Aroans e os Anayás, de baixo dos quaes se [compreendem] Mapuás, Guajarás, Pixipixís e outros. O número de almas não se pode dizer com certeza, os que menos o sabem, dizem que foram quarenta mil (...)” (VIEIRA, 1735, p. 39-40).

A resistência dos velhos nheengaíbas marajoaras demonstra a inteireza da vida ribeirinha e das memórias indígenas que marcam o espaço histórico do Marajó. Nesse sentido, destaca-se eixo das florestas (ocidental) – espaço marcado por lutas, nas quais os antepassados indígenas defenderam bravamente suas terras, modos de vida, línguas maternas e crenças. A carta do Padre Vieira demonstrando a astúcia do cacique Piyé Mapuá no acordo de paz com os lusitanos, questionando a vassalagem completa, é uma memória dos indígenas nheengaíbas pouco explorada pela historiografia, especialmente pela história de luta dos direitos indígenas diante dos grupos dominantes coloniais. Não por acaso, o historiador Joel Dias finaliza sua tese *“Confuso e intrincado labirinto”: fronteira, território e poder na Ilha Grande de Joanes (séculos XVII e XVIII)* assinalando a importância de verificar a situação das populações remanescentes dos índios no Marajó sobreviventes ao colonialismo português, sobretudo entre comunidades caboclas ribeirinhas que, em meados do século XIX, já se configuravam concretamente naquelas várzeas (DIAS, 2016).

Um apagamento similar das identidades indígenas também é perceptível na cidade de Cametá, cuja história oficial centrada nos “homens notáveis” e na imagem da “Cidade Invicta” durante a Cabanagem ainda prevalece, mesmo que alguns moradores preservem memórias dos povos Carijó e dos Tupinambá da velha Camutá (NERI, 2016). No início do século XIX, segundo Baena (2004), o rio Tocantins e suas freguesias eram constantemente saqueados pelos Timbiras e Apinagés, tidos como piratas da região.

Os processos de ocupação no Grão-Pará apresentaram dinâmicas diferenciadas. As povoações de “brancos” – freguesias próximas a Belém – eram formadas majoritariamente por moradores livres (brancos, índios forros, mestiços) e escravizados africanos, mas não incluíam indígenas aldeados (as chamadas repartições). Já as povoações de índios, resultantes da transformação de antigas aldeias missionárias, eram compostas por indígenas aldeados, moradores livres e escravizados africanos (CARDOSO, 2018).

Segundo Treccani (2001), a partir da análise das listas nominativas e dados do censo de 1823, observa-se que vilas originadas de aldeias missionárias, como Arraiolos e Esposende, apresentavam pequenas unidades familiares. Em contraste, nas vilas originadas por sesmarias – como Ourém, Irituia e São Miguel –, predominavam as médias propriedades com cerca de seis escravizados por família. O pesquisador destaca, ainda, que nenhuma sesmaria foi concedida à Capitania do Rio Negro, não havendo também registros de concessões para além do médio Amazonas, incluindo os rios Tapajós, Jari, Araguaia e o sul do Pará (TRECCANI, 2001).

Esses dados revelam que o problema fundiário no Pará teve raízes e dinâmicas distintas do restante do Brasil, por serem resultados de soluções políticas diferentes diante de crises econômicas regionais. No Pará, a formação de latifúndios ocorreu apenas após a adesão ao Império, com a desestruturação das economias de subsistência e a introdução da lógica da economia de mercado. Já no restante do país, o regime de sesmarias foi extinto em 1822, enquanto no Grão-Pará isso só aconteceu em 1836, em plena eclosão da Revolução Cabana.

nheengatu e para o entendimento dos lusos. Os nheengaíbas eram cerca de 29 nações indígenas diferentes, dentre as quais o padre Antonio Vieira menciona os Anajás, Mapuás, Paucacas, Guajarás, Pixipixís, Boccas, Pauxis, Mamaianazes, Mocoões, Jurunas, Muanás e Sacacas” (DIAS, 2016; VIEIRA, 1735).

Essas contradições históricas lançam luz sobre os debates em torno das narrativas indígenas emergentes e da reivindicação de reconhecimento territorial por parte de povos indígenas em contextos urbanos e rurais. Guardiões de patrimônios materiais e imateriais, esses grupos tensionam o campo político ao buscar o reconhecimento e a reinvenção de territorialidades apagadas dos registros oficiais. A complexidade desses conflitos e retomadas só será plenamente compreendida por meio de projetos coletivos de diálogo consistente entre educação comunitária e desenvolvimento do patrimônio comunitário através de sua história oral e comunicação.

2.1. Ciência comunitária e Revolução Cabana: mapeamento da presencialidade do passado e lutas territoriais

Os projetos desenvolvidos²⁹ pelo Instituto de Pesquisa Projeto Cartografando Saberes (IPPCS) que propõem um novo mapeamento do passado e a visibilidade das etnicidades violentamente encobertas, constituem os primeiros resultados de uma gestão político-científica inspirada em uma “revolução cabana” protagonizada por mulheres cientistas da educação popular. Sob liderança e orientação da professora Alanna Tupinambá, tais iniciativas já apresentaram ações concluídas entre novembro de 2023 e outubro de 2024, especialmente no âmbito da cartografia histórica das resistências em comunidades tradicionais.

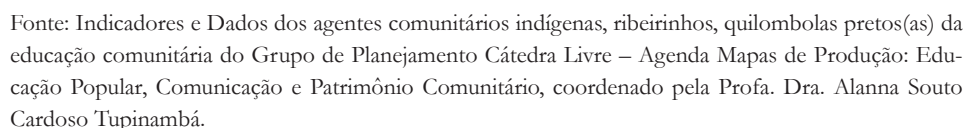
Duas comunidades tradicionais estiveram diretamente envolvidas no projeto de estágio pós-doutoral sob execução da professora Alanna Tupinambá e nas ações do mapeamento coletivo como ferramenta da educação popular do IPPCS: a comunidade ribeirinha Maria Petrolínea e a comunidade quilombola de Abacatal. Esse trabalho foi articulado ao curso de extensão “Cartografia Histórica dos Conflitos: Educação Popular Patrimonial, Memória e Política Pública”, aprovado pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UEPA (PPGG/UEPA) e ministrado entre setembro e dezembro de 2023.

O curso mobilizou educadoras e educadores populares do Cursinho Emancipa-UFPA e pós-graduandas(os) quilombolas do PPGED/UEPA e do PPGA/UFPA, integrando as dimensões do ensino, pesquisa e extensão na construção de uma ciência comunitária. A ação conjunta resultou em um levantamento e mapeamento para a produção de um dossiê dos inventários patrimoniais das comunidades Maria Petrolínea e Quilombo Abacatal, projeto que atualmente está em fase final de organização de dados, sistematização e elaboração para publicação.

Para além da importância acadêmica e simbólica do dossiê, uma das conquistas mais relevantes dessa articulação entre IPPCS e PPGG/UEPA foi o reconhecimento oficial, pela Superintendência do Patrimônio da União (SPU), de que a área tradicionalmente ocupada pela comunidade ribeirinha Maria Petrolínea pertence ao domínio da União. Esse reconhecimento abre caminho para o processo de regularização fundiária das moradias, atualmente em andamento junto à SPU. Quando a regularização estiver concluída, a comunidade finalmente será incluída nas agendas de planejamento, defesa e acesso a políticas públicas prioritárias para seus territórios – um passo fundamental na efetivação de seus direitos territoriais, culturais e cidadãos.

²⁹ Atualmente, o projeto 1: A “nova” Cartografia Histórica dos Engenhos e a “Presencialidade” do passado nas comunidades tradicionais da Amazônia - demarcando políticas públicas, a educação patrimonial comunitária e a história oral, do Instituto de Pesquisa Projeto Cartografando Saberes (IPPCS) está vinculado ao Estágio Pós-doutoral Estratégico do PPGG-UEPA, sob supervisão do prof. Dr. Fabiano Bríngel. Ver em: <<https://www.instituto-cartografando-saberes.com/a-nova-cartografia-historica/>>. O IPPCS ainda conta com um projeto construído e mobilizado pelas lideranças da educação comunitária desde 2021, a Cátedra Livre - Agenda Mapas de Produção: Educação Popular, Comunicação e Patrimônio Comunitário.

Figura 1: Mapa Geral do planejamento comunitário – Cátedra Livre Agenda Mapas de Produção: Educação Popular, Comunicação e Patrimônio Comunitário.



A ação será desenvolvida em duas etapas:

Etapa 1 (2025): realização do evento CLPI, um debate formativo com lideranças locais e o encaminhamento dos planos de trabalho e das equipes comunitárias referente ao projeto Cátedra Livre - Agenda Mapas de Produção: Educação Popular, Comunicação e Patrimônio Comunitário.

Etapa 2 (2026): formação das equipes por meio de um curso de extensão coordenado pelo IPPCS/PPGED-UEPA, com produção dos inventários e lançamento da Cartilha dos Mapas de Produção Comunitária.

Ao valorizar os saberes locais e promover o protagonismo dos povos amazônicos na gestão do seu patrimônio, a proposta reafirma o papel fundamental da educação popular e da ciência comunitária na promoção à justiça territorial e cultural na região.

2.2. A Retomada dos Tempos Largos: mulheres, resistência e tradição na Revolução Cabana

A partir da perspectiva das mulheres indígenas, quilombolas e ribeirinhas, a Cabanagem pode ser revisitada como referência de resistência histórica. Em regiões como o Baixo Tapajós, onde a cidade de Santarém chegou a constituir um centro autônomo de participação indígena antes de ser violentamente reprimido, essa memória permanece viva (TAPAJÓS; SILVA NETO, 2019).

Mais do que um movimento interrompido, a Cabanagem ressurgiu nos “tempos largos”³⁰ da memória coletiva, articulando passado e presente. Nesse processo, lideranças femininas – pajés, parteiras, benzedeiras – assumem papel central na continuidade cultural e política dos povos da Amazônia, mesmo quando invisibilizadas pelas narrativas patriarcais.

O antropólogo indígena Florêncio Vaz Filho (2010; 2017) identifica que, desde 1998, 55 comunidades ribeirinhas dos municípios de Santarém, Belterra e Aveiro reivindicam sua identidade indígena, compondo hoje 14 povos distintos que habitam áreas como a Resex Tapajós-Arapiuns, a FLONA do Tapajós e outras zonas de proteção. A presença ativa das mulheres indígenas nessas mobilizações, inclusive nas assembleias do CITA, evidencia sua centralidade nas lutas atuais.

A memória da Cabanagem é especialmente forte em comunidades como Ecuipiranga, onde os processos de etnogênese têm sido impulsionados pela reativação de práticas e saberes ancestrais. Esse movimento reafirma o direito à terra, à identidade e à história, construindo uma unidade política e social indígena a partir das experiências locais de resistência e reexistência. Isso só foi possível por meio do movimento de organização de uma conscientização de dimensão identitária dessas lideranças no sentido do fortalecimento de suas crenças.

Nessa perspectiva, as lutas anticoloniais se expressam na demarcação de suas memórias largas e curtas, na qual o “caminho da volta” não significa simplesmente retornar a algum lugar do

³⁰ O conceito de memória larga, desenvolvido por pesquisadores e ativistas bolivianos como Silvia Rivera Cusicanqui (1987, 2010) e García (2014), tem sido fundamental para repensar a educação e o ensino de história em contextos comunitários. Essa abordagem reconhece a potência das memórias ancestrais – articuladas com as lembranças recentes (memória curta) – como forma de empoderar sujeitos históricos e valorizar suas trajetórias, especialmente em comunidades indígenas e quilombolas com longos anos de contato e resistência. A articulação entre memórias largas e curtas permite compreender as experiências históricas a partir das próprias narrativas dos povos, fortalecendo seu direito à existência e à continuidade cultural. No entanto, essa força também enfrenta desafios, pois muitas vezes há dificuldades internas e externas no reconhecimento pleno de pertencimentos étnicos, sobretudo após séculos de repressão estatal e apagamentos sistemáticos, conforme apontam diversos relatórios de direitos humanos (GARCÍA, 2014).

passado, mas revisitá-lo por meio de suas recriações lúdicas, espirituais e de valores éticos fundamentais para a produção das bases de uma existência coletiva (CARDOSO, 2018).

2.3. Memória e Emergência Indígena: resistência e direitos

Atualmente, observa-se a articulação gradual de movimentos indígenas tanto na Região Metropolitana de Belém quanto no Marajó, envolvendo comunidades urbanas e rurais. No Marajó, destaca-se a resistência da família do artesão Carlos Amaral (Zuca de Aruã), em Soure, que mantém viva a herança cultural dos Aruã – os rituais, a cerâmica, a musicalidade e a pajelança. Essa continuidade ocorre mesmo sob pressão de grupos hegemônicos locais, incluindo um representante da Universidade Federal do Pará (UFPA), que não realizou consultas aprofundadas sobre esse povo.

Embora o livro autobiográfico de Zuca esteja sendo transcrito por esse pesquisador da UFPA/Soure, a pressão econômica e social levou à dispersão de sua família. Esse processo inviabilizou o pedido formal de reconhecimento e demarcação territorial junto à FUNAI e comprometeu o direito à educação indígena de seus descendentes.

Outro exemplo em Soure é a comunidade Caju-Una, liderada por Carla Yapoti, que reúne diversas famílias identificadas como descendentes do antigo povo Aruã e que reivindicam esse pertencimento tradicional.

Na Região Metropolitana de Belém (RMB), duas organizações se destacam no contexto urbano:

- **Associação Wika Kwara (WK)**, presidida por Miguel Tembê, com atuação em espiritualidade, arte e redes virtuais de acolhimento para todo sujeito que se identifica como indígena, independentemente de origem ou raça.
- **Fórum Parawara de Indígenas em Contexto Urbano, Ribeirinho e Rural**³¹, fundado após a ruptura entre a liderança Tupinambá de Belém/Mairi, Profa. Dra. Alanna Souto Cardoso (IPPCS/PPGG-UEPA), e representantes da Conferência Popular de Indígenas em Contexto Urbano Marçal de Souza, coordenada virtualmente por Giva e Sassá Tupinambá.

Essa ruptura gerou desdobramentos e divisões no movimento indígena urbano, tanto em Belém quanto em cidades como Ananindeua, Santarém e Altamira. Lideranças também se afastaram da WK, como Glailson Santos (Porake Munduruku), engenheiro agrônomo e articulador do coletivo Kabiadip, formado por cidadãos munduruku em contextos urbanos, que igualmente participou da fundação do Fórum Parawara.

As narrativas de emersão indígena, sobretudo nos contextos urbanos e periurbanos, são diversas e não podem ser tratadas de forma homogênea, nem subordinadas a monopólios de grupos hegemônicos, acadêmicos ou partidários – comuns, por exemplo, no Baixo Tapajós, em Altamira (Região do Xingu), no Marajó, no Baixo Tocantins e na Região Metropolitana de Belém. As lutas por direitos indígenas na cidade e no campo seguem trajetórias próprias, resistindo à lógica seletiva de reconhecimento imposta por setores do Poder Público no Pará e na Pan-Amazônia.

Em geral, essas identidades só são reconhecidas oficialmente quando associadas a territórios rurais tradicionais. Em consequência disso, as reivindicações dos povos indígenas que vivem nas cidades permanecem à margem. Os indígenas urbanos, mesmo quando organizados coletivamente,

³¹ <<https://www.institutocartografandosaberes.com/forum-parawara-de-indigena-em-contexto-urbano/>; <https://www.institutocartografandosaberes.com/logomarcas-das-entidades-de-bases-indigenas-forum-parawara-de-indigena-em-contexto-urbano-ribeirinho-e-rural/>>.

continuam invisibilizados e sem acesso a políticas públicas essenciais – saúde, educação, moradia, cultura e assistência social. Além disso, enfrentam discriminação por parte de entidades sociais oficiais e de órgãos que deveriam promover esses direitos, como a FEPIPA (Federação dos Povos Indígenas do Pará) e a SEPI-PA (Secretaria de Estado dos Povos Indígenas do Pará).

Essa omissão atinge sobretudo os povos que não se encaixam na dicotomia “aldeados *versus* desaldeados” e cujas identidades foram apagadas por mecanismos estatais, como mapas, censos e museus. Esses dispositivos consolidaram a categoria “cabocla” como estratégia de invisibilização. Muitas famílias migraram para as cidades em razão da expulsão de seus territórios, mas permanecem conectadas às suas memórias e pertencimentos indígenas.

Um caso emblemático é o de Altamira, marcada pelo impacto da Hidrelétrica de Belo Monte. Esse contexto impulsionou a organização política de povos indígenas urbanos e rurais que vivem fora das Terras Indígenas oficialmente reconhecidas. A fundação da AIMA (Associação Indígena de Altamira), em 2002, liderada por mulheres indígenas como Elza Xipaya, foi um marco na luta por políticas públicas e direitos territoriais no espaço urbano.

Outro ponto de inflexão foi a criação da Coordenação Técnica Local dos Índios Citadinos e Ribeirinhos de Altamira, instituída pela FUNAI-Brasília em 2010. Essa iniciativa pioneira no país (PASCUET; FÁVERO, 2014) fortaleceu as mobilizações desses povos em contextos urbanos, reafirmando sua presença e agência histórica no território.

A emergência de novas identidades e a reafirmação de pertencimentos tradicionais no Pará revelam o que podemos chamar de uma “Pachakuti cabana”: uma virada histórica e simbólica inspirada nas cosmologias andinas e apropriada nas lutas cabanas. Essa reviravolta sociopolítica ganhou força no século XXI, quando antigas comunidades caboclas passaram a se autodemarcar como aldeias e grupos indígenas se organizaram em associações urbanas e rurais.

Esses movimentos buscam, de forma cada vez mais orgânica, o reconhecimento de direitos invisibilizados por instituições estatais e municipais que historicamente ignoram ribeirinhos de pertencimento indígena e imigrantes em situação de refúgio, como os Warao, na Região Metropolitana de Belém.

A resposta a essa invisibilização ganhou forma com a criação e articulação do Fórum Parawara de Indígenas em Contexto Urbano, Ribeirinho e Rural, mobilizado por lideranças das cidades de Belém, Santarém e Altamira. Um marco desse processo foi a realização da 1ª Sessão Especial Parawara, na Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA), em 26 de outubro de 2023, presidida pelo deputado Dirceu Ten Caten. A sessão garantiu espaço de fala para diversas lideranças indígenas urbanas, consolidando um importante conquista no pleito por políticas públicas diferenciadas³².

³² A partir da sessão da ALEPA, foi encaminhada a Moção nº 1570/2023 por meio do presidente da Sessão Parawara de Indígenas em Contexto Urbano e Periurbano, deputado Estadual Dirceu Ten Caten, à Casa Civil da Governadoria do Estado do Pará, para que providencie medidas para garantir a inclusão, no Conselho de Política Indígena e Indigenista do Estado do Pará (CONSEPI-PA), de indígenas urbanos e periurbanos no Estado do Pará, além de outras questões específicas das entidades indígenas. Também houve a solicitação de notas técnicas referentes à sociodiversidade de indígenas (e seus contextos) na moção/revisão do decreto estadual nº 93, de 9 de maio de 2019 (CONSEPI/PA); iniciativa para criação do observatório indígena; solicitação de abertura de um canal de comunicação (ouvidoria/SAC) específico para esses contextos na plataforma do MIP, por meio da secretaria nacional responsável por essas entidades indígenas diversas do Estado do Pará, para além das TIs; e uma nota de comunicação da ALEPA via gabinete do Deputado Estadual Dirceu Ten Caten, referente à realização, no dia 26 de outubro, da Sessão Especial Parawara, com adendo de indígenas em contexto urbano, ribeirinho e rural, resultado da mobilização e coordenação do Fórum Parawara e da Reunião com o MPI/Governo Federal. <<https://www.instituto-cartografandosaberes.com/logomarcas-das-entidades-de-bases-indigenas-forum-parawara-de-indigena-em-contexto-urbano-ribeirinho-e-rural/>>

Dessa sessão resultaram duas ações estratégicas:

1. A Moção nº 1570/2023, encaminhada ao Governo do Estado do Pará, solicitando urgência na garantia de representatividade indígena urbana e periurbana no Conselho Estadual de Política Indigenista.
2. A escolha da cidade de Altamira como sede do Seminário Regional do Estado do Pará – 2ª Etapa da Amazônia, promovido pelo Ministério dos Povos Indígenas (MPI). O evento teve como objetivo central a formulação coletiva de uma Política Nacional para Povos Indígenas em Contextos Urbanos e Periurbanos, reunindo lideranças de comunidades residentes em cidades, migrantes em periferias urbanas e imigrantes em situação de refúgio.

O Seminário Regional de Consulta de Indígenas em Contexto Urbano e Periurbano – Região Norte/Pará buscou mobilizar, elaborar e discutir as bases comunitárias indígenas dessas cidades. A agenda incluiu a apresentação das ações da COPSU/MPI e o debate sobre o arcabouço institucional da Secretaria Nacional de Articulação e Promoção dos Direitos Indígenas.

Entre os principais encaminhamentos, destacaram-se: articular demandas de comunidades e sujeitos indígenas de Belém, Altamira e Santarém; promover o reconhecimento e a demarcação de territórios urbanos com a FUNAI; ampliar o diálogo com fóruns e associações indígenas; e consolidar parcerias para garantir direitos em áreas como saúde, educação, moradia, cultura, esporte e segurança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

3. A Construção Coletiva de uma “Nova” Cartografia (Etno)Histórica: povos cabanos, memória oral, educação popular, comunicação e patrimônio comunitário

A chamada “nova” cartografia histórica propõe uma leitura descolonizadora do espaço amazônico, questionando a cartografia convencional e ampliando o conceito de mapa para além da técnica, considerando-o como roteiro de lugares e práticas espaciais. Por meio de diversas fontes, inclusive coloniais, essa nova leitura revela as territorialidades indígenas em sua complexidade e terceira margem (espaço entre o lócus original e o colonizador) de mediação/“negociação”/criação.

Esta cartografia mapeia o passado dos povos indígenas e comunidades tradicionais em diálogo com seu presente coletivo, mobilizando a memória indígena e comunitária. Pesquisadores comunitários indígenas, quilombolas e ribeirinhos com formação básica e/ou acadêmica ou ainda educadores comunitários, reinterpretem os processos de ocupação, o patrimônio³³ histórico e as práticas de resistência, destacando processos de territorialização³⁴ que geram novas configurações sociais e emergências indígenas em comunidades caboclas e ribeirinhas.

³³ A noção atualizada de patrimônio, nos campos jurídico e antropológico, abrange dimensões econômicas e simbólicas, ambas ligadas à ideia de propriedade. O conceito tradicional, centrado em monumentos históricos de viés eurocêntrico, foi sendo ampliado para incluir outras categorias, como patrimônio artístico, arqueológico, arquitetônico e urbano, reconhecidas pelo Estado. Com as transformações sociais e o avanço do capitalismo nos séculos XIX e XX, apenas nos anos 1970 a ONU passou a tratar a proteção do patrimônio cultural como pauta internacional. Em 1972, a UNESCO adotou a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, considerando patrimônio cultural os bens com valor universal excepcional, como monumentos arquitetônicos, sítios arqueológicos e conjuntos integrados à paisagem. Já em 2003, foi aprovada a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, reconhecendo práticas, saberes, expressões, técnicas e rituais de povos indígenas e comunidades tradicionais, associados a artefatos, lugares e memórias coletivas. Essas manifestações se expressam por meio da oralidade, das cosmologias, da medicina tradicional, da arte e dos modos de ver o mundo e a natureza (ALMEIDA; DOURADO; MARIN, 2013).

³⁴ A história oral desta nova cartografia histórica em desenvolvimento estabelece um diálogo interdisciplinar com

Assim, ao longo deste ensaio, buscou-se evidenciar como a memória da Cabanagem e a experiência histórica das comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas revelam a necessidade de uma nova cartografia histórica e feminista comunitária, capaz de deslocar o olhar hegemônico e afirmar epistemologias situadas. Retomando os três eixos estruturantes – classe, raça e gênero –, reafirma-se que é sobretudo no papel transformador das mulheres que se encontra a possibilidade de reinvenção das práticas de governabilidade cabana. Por fim, propõe-se compreender a trajetória do Instituto de Pesquisa do Projeto Cartografando Saberes (IPPCS) como continuidade histórica e política dessa governabilidade protagonizada por mulheres, que, no passado e no presente, mantêm vivas as lutas por memória, território e justiça social na Amazônia.

Essa convergência fortalece a educação escolar no campo, a indígena e a quilombola, reconhecendo a pluralidade étnico-racial das pedagogias das comunidades tradicionais. Inspirado em Paulo Freire (1992), o projeto enfatiza uma educação democrática que valoriza as linguagens e experiências dos povos, evitando autoritarismos e promovendo a descolonização e a invenção da cidadania por meio da arte, música e cartografias comunitárias.

A reescrita do passado a partir do presente mobiliza acadêmicos indígenas, ribeirinhos e quilombolas para romper o confinamento da história oficial, buscando alternativas e mudanças significativas nas universidades e em projetos comunitários, ampliando, assim, uma “economia política do conhecimento”. Esse movimento abre caminhos para investigações de tempo-espço e autonomia para sujeitos comunitários marginalizados. Destaca-se, dessa forma, a proposta de uma cartografia histórica e da história oral conduzida por mulheres acadêmicas cabanas e focada no protagonismo das organizações coletivas e comunitárias atuais. Assim, esses grupos revisitam e ressignificam suas memórias étnicas, dando um novo contorno ao tempo presente por meio de uma gestão local articulada no projeto Cátedra Livre - Agenda Mapas de Produção: Educação popular, Comunicação e Patrimônio Comunitário.

FONTE PRIMÁRIA:

A carta régia de 12 de maio de 1798. Disponível: <https://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/2018-04/A_carta_regia_de_12_de_maio_de_1798B.pdf>

CASAL, Manuel Aires. *Corografia Brasileira, Relação Histórico-Geographico do Reino do Brazil composta e dedicada a sua majestade fidelíssima por hum presbítero secular do gram priorado do crato*. Tomo II. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro. 1946.

DANIEL, Pe. João. *Tesouro descoberto no Rio Amazonas*. t. 1 e 2. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1976. (Separata dos Anais da Biblioteca Nacional, v. 95, t. 1-2, 1975).

áreas como a Antropologia Histórica, Sociologia Histórica, a Geografia, a Pedagogia e as Ciências Naturais, destacando-se a epistemologia da História Oral de Cusicanqui (1987). Essa abordagem promove uma reconstrução plural e autônoma da história em comunidades, na qual o pesquisador não é central, mas compartilha a condução das narrativas com indígenas, intelectuais mestiços e demais agentes sociais. Dessa forma, são reveladas múltiplas identidades e cosmologias, em contraponto ao colonialismo histórico e à história oficial eurocêntrica que desvalorizam os saberes, territorialidades e epistemologias dos povos indígenas, comunidades tradicionais e de matriz africana.

VIEIRA, Antônio. *Cartas do padre Antonio Vieira da Companhia de Jesus*. Lisboa Ocidental: Na Officina da Congregação do Oratorio. 1735.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Cesaltina. A lógica da distinção em Pierre Bourdieu, vista através de uma obra excepcional. *Mulemba*, v. 5, n. 10, p. 841-864, 2015. DOI: <<https://doi.org/10.4000/mulemba.2195>>. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/mulemba/2195>>. Acesso em: 10 abr. 2014.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Terras de quilombos, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhas do povo”, faxinais e fundos de pastos: terras tradicionalmente ocupadas*. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; DOURADO, Sheilla Borges; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo (Org.). *Patrimônio cultural: identidade coletiva e reivindicação*. Manaus: UEA Edições, 2013.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.
- BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Ensaio corográfico sobre a província do Pará Colonial: Uma notícia Histórica*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1097>>. Acesso em: 14 set. 2014.
- BANIWA, Braulina; KAINANG, Jozileia; TREMEMBÉ, Lucinha (orgs.). *Vivências diversas: uma coletânea de indígenas mulheres*. Brasília: Coleção Diálogos da Diáspora, 2020.
- BARBOSA, Benedito Carlos Costa. *Estudo sobre os mocambos das terras do Cabo Norte na última década dos setecentos*. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.
- BARBOSA, Mário Médi. *Entre a filha enjeitada e o paraensismo: as narrativas das identidades regionais na Amazônia paraense*. 2010. Tese (Doutorado em História Social), Pontifícia Universidade Católica. São Paulo 2010. Disponível em: <<https://tede.pucsp.br/handle/handle/12615>>. Acesso em 11 jan. 2023.
- BARRIGA, Letícia Pereira. *Entre letras e baionetas: independência e Cabanagem no médio Amazonas (1808-1840)*. 2014. Dissertação (Mestrado em História Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.
- BEZERRA, Ana Carolina et al. Corpos em movimento: epistemologias feministas e críticas ao cânone acadêmico. In: *Feminismos e produção de conhecimento*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018. p. 65-82.
- BEZERRA NETO, José Maia. Escravidão, abolicionismo, mundialização e processo Civilizatório na Amazônia, século XIX. In: *ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH*. 19. 2008, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: ANPUH, 2008. Disponível em: <<https://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XIX/PDF/Autores%20e%20Artigos/Jose%20Maia%20Bezerra%20Neto.pdf>>. Acesso em 23 out. 2018.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: EDUSP, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2. ed. Lisboa: Difel, 1989.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- CABNAL, Lorena. Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala. In: Minervas Ediciones (org.). *Momento de paro. Tiempo de rebelión. Miradas feministas para reinventar la lucha*. Montevideo: Minervas Ediciones, 2010. p. 116–134. Disponível em: <<https://porunavidavivible.wordpress.com/wp-content/uploads/2012/09/feminismos-comunitario-lorena-cabnal.pdf>>. Acesso em: 3 dez. 2023.

CARDOSO, Alanna Souto. *Apontamentos para história da família e demografia histórica da Capitania do Grão-Pará (1750–1790)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufpa.br/items/4f8eba6f-b6b3-4aab-8e66-a21d23d69e9c>>. Acesso em: 28 out. 2025.

CARDOSO, Alanna Souto. *Descolonizando a Cartografia histórica Amazônica: representações, fronteiras étnicas e processos de territorialização na capitania do Pará, Século XVIII*. 2018. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – PPGDSTU-NAEA, Universidade Federal do Pará. Belém, 2018.

CARDOSO, Alanna Souto. “Nações” indígenas, identificação étnica e territorialização dos rios amazonas e tapajós. IN: *Reunião Equatorial de Antropologia – REA*, 6., 2019, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: PPGA – FFCH, 2020. v. 4. p. 423-444. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/32217>>. Acesso em: 13 mai. 2020.

CARDOSO, Alanna Souto. *Algumas concepções de mulheres em contextos específicos e segmentos para um planejamento estadual de políticas públicas para mulheres*. Instituto Cartografando Saberes, 2021. Disponível em: <<https://www.instituto-cartografando-saberes.com/artigos/>>. Acesso em: 25 nov. 2022.

CARDOSO, Alanna Souto. Autoras amazônidas: gênero, raça, classe e a produção científica comunitária. In: SIMÕES, Mirlene Fátima (org.). *América Latina mulheres! Ciência, movimentos sociais e arte: caminhos em [re]construção*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina; Centro Brasileiro de Estudos da América Latina, 2025. p. 174-192.

COELHO, Mauro César; MELO, Vinícius Zúñiga. Nem heróis, nem vilões: o lugar dos diretores de povoações nas dinâmicas de transgressão à lei do diretório dos índios (1757-1798). *Revista de História*, São Paulo, n. 174, p. 101-129, jan./jun. 2016. DOI: <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2016.115846>>. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rh/n174/2316-9141-rh-174-00101.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2022.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2020.

COSTA, Francisco de Assis. O campesinato histórico da Amazônia: das drogas do sertão ao início do ciclo da borracha. *Revista Eletrônica Trilhas da História*, v. 14, n. 28, p. 83–100, 2010. Disponível em: <<https://trilhasdahistoria.ufms.br/index.php/RevTH/article/download/21961/15183>>. Acesso em: 28 out. 2022.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. “Oprimidos pero no vencidos”: *Luchas del campesinato. Aymara e Quechwa (1900-1980)*. La Paz: La mirada Selvage. 2010b.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. *Ch'ixinakax utxiwa: uma reflexão sobre práticas e discursos descolonizadores*. São Paulo: N-1 Edições, 2021.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. El potencial epistemológico y teórico de la historia oral: de la lógica instrumental a la descolonización de la historia. *Temas Sociales*, La Paz, n. 11, p. 49-64, 1987.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. *Violência (re) encubiertas em Bolívia*. La Paz: Mirada Selvage/Editorial Piedra Rota, 2010a.

DAVIS, Angela. *As mulheres negras na construção de uma nova utopia*. Geledés: Instituto da Mulher Negra, 2011. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>>. Acesso em: 4 set. 2025.

DAVIS, Angela. *Gênero, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEALDINA, Selma dos Santos (org.). *Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas*. São Paulo: Sueli Carneiro/Jandaíra, 2021.

DIAS, Joel Santos. “*Confuso e intrincado labirinto*”: *fronteira, território e poder na Ilha Grande de Joanes (séculos XVII e XVIII)*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

FERREIRA, Eliana Ramos. *Mulheres da Cabanagem: vozes e silêncios da revolução popular na Amazônia (1835–1840)*. 2010. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

FONSECA, André Augusto da. Os mapas da população no estado do Grão-Pará: consolidação de uma população colonial na segunda metade do século XVIII. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Belo Horizonte, v. 34, n. 3, p. 439-464, set./dez. 2017.

FREIRE, José Ribamar Bessa. *A canoa do tempo: tradição oral e memória indígena*. 2008. Biblioteca da Funai. Disponível em: <<http://biblioteca.funai.gov.br/media/pdf/Folheto65/FO-CX-65-4274-2011.PDF>>. Acesso em: 16 jul. 2023.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GARCÍA, Alejandro Cerda. Memorias largas y cortas: tensiones para su articulación en el campo indígena. *Clepsidra - Revista Interdisciplinaria de Estudios sobre Memoria*, n. 1, p. 82-99, 2014.

GOMES, Flávio dos Santos. *A Hidra e os pântanos: quilombos e mocambos no Brasil (sécs. XVII-XIX)*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

GOMES, Flávio dos Santos. *Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. São Paulo: Editora Claro Enigma, 2015.

HARRIS, Mark. *Rebelião na Amazônia: Cabanagem, raça e cultura popular no Norte do Brasil, 1798-1840*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2017.

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Tradução: Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Paris: Éditions Anthropos, 2000. Primeira versão: início – fev. 2006. Disponível em: <https://gpect.files.wordpress.com/2014/06/henri_lefebvre-a-produc3a7c3a3o-do-espac3a7o.pdf>. Acesso em: 28 out. 2017.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LIMA, Ana Renata do Rosário de. *Revoltas camponesas no Vale do Acará - Grão-Pará (1822-40)*. 2002. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2002.

LIMA, Leandro Mahalem de. Presenças indígenas na Cabanagem: Proposta metodológica para a compreensão de suas participações diferenciadas. *Encontro Regional de História*, 17, 2004, Campinas. *Anais [...]*. CD-ROM.

LIMA, Leandro Mahalem de. *Rios Vermelhos: perspectivas e posições de sujeito em torno da noção de “cabano” na Amazônia em meados de 1835*. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2008. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-14052008-151318/pt-br.php>>. Acesso em: 13 mai. 2022.

MARIN, Rosa E. Acevedo; CASTRO, Edna. *Negros do Trombetas: guardiões de matas e rios*. Belém: UFPA/NAEA, 1993.

MELO, Wilverson Rodrigo Silva de. *Tempos de revoltas no Brasil oitocentista: a resignificação da Cabanagem no baixo Tapajós (1831-1840)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

MELO, Vinícius Zúniga; OLIVEIRA, Willyan Lourinho de. Protagonismo histórico e invisibilidade contemporânea: povos indígenas na Região de Integração do Tocantins/PA, ontem (1757-1798) e hoje. *Aedos*, Porto Alegre, v. 14, n. 31, p. 206-221, jul./dez. 2022. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/download/99260/84872/526015>>. Acesso em: 1 out. 2025.

MOTA NETO, João Colares da. *Por uma Pedagogia Decolonial na América Latina: reflexões em torno do pensamento de Paulo Freire e Orlando Fals Borda*. Curitiba: Editora CRV, 2016.

NERI, Pâmela Paula Souza. *Memória-esquecimento da história e cultura indígena em Cametá: uma arqueogenealogia dos fios narrativos na trilha indígena da Aldeia e Torrão-Mupi*. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura, Universidade Federal do Pará, Cametá, 2016.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *Regime tutelar e faccionalismo: política e religião em uma reserva Ticuna*. Manaus: UEA Edições, 2015. Disponível: <http://ipoantropologia.com.br/pt/wp-content/uploads/2018/03/politica-e-religiao-em-uma-reserva-ticuna_joao-pacheco.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2022.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *Ensaio em Antropologia Histórica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

PAREDES, Julieta; GUZMÁN, Adriana. *El feminismo comunitario desde Abya Yala: ideas y reflexiones para tejer feminismos descoloniales*. La Paz: Mujeres Creando Comunidad, 2014.

PASCUET, M.; FÁVERO, M. Índios Citadinos de Altamira: lutas, conquistas e dilemas. In: *Belo Monte e a questão indígena*. p. 207-219. Brasília: ABA, 2014.

PAZ, Adalberto. Classe, cor e etnia nas legislações de compulsão ao trabalho na Amazônia: do Diretório ao fim dos corpos de trabalhadores (1755-1859). *Mundos do Trabalho*. Florianópolis, v. 12, p. 1-28, 2020. DOI: <<https://doi.org/10.5007/1984-9222.2020.e72949>>. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2020.e72949>>. Acesso em: 15 ago. 2022.


PEREIRA, Edir Augusto Dias. *As encruzilhadas das territorialidades ribeirinhas: Transformações no exercício espacial do poder em comunidades ribeirinhas da Amazônia tocantina paraense*. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Anibal. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

QUIJANO, Anibal; WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. La Americanidad como concepto, o América en el moderno sistema mundial. *Revista internacional de ciencias sociales*, vol. 44, nº 4, p. 549-557, 1992. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000092840_spa>. Acesso em: 28 out. 2025.

RICCI, Magda. A Cabanagem, a terra, os rios e os homens na Amazônia: o outro lado de uma revolução (1835-1840). In: MOTA, Márcia e ZARTH, Paulo. (Org.). *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história: Concepções de Justiça e resistências nos Brasis*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. *Tempo*. Niterói, v. 11, n. 22, p. 5-30, 2007. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/10370>>. Acesso em: 17 ago 2022.



SALLES, Vicente. *O negro no Pará, sob o regime de escravidão*. Brasília/Belém, Ministério da Cultura/Secretaria de Estado da Cultura, 1988.

SANTOS, Milton. *O espaço dividido: Os dois circuitos da Economia Urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo: Editora da USP, 2018.

SCAGLIONE, Luiza Delamonica. *Índios na Cabanagem: Participações e Identidades (1835)*. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em História) - Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2019.

SIMÕES, Mirlene Fátima (org.). *América Latina mulheres! Ciência, movimentos sociais e arte: caminhos em [re]construção* [recurso eletrônico]. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina; Centro Brasileiro de Estudos da América Latina, 2025.

SOUZA JUNIOR, José Alves de. *Cabanagem: revolução amazônica: 1835-1840*. São Paulo: Fundação Lauro Campos, 2022.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TAPAJÓS, Ib Sales Tapajós; SILVA NETO, Nirson Medeiros da. Emergência indígena e abertura da história no Baixo Tapajós. *Revista Ciências da Sociedade*, v. 3, n. 5, 2019. DOI: <<https://doi.org/10.30810/rcs.v3i5.983>>. Disponível em: <<https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistacienciasdasociedade/article/view/983>>. Acesso em: 15 ago. 2022.

TRECCANI, Girolamo Domenico. *Violência e Grilagem: Instrumentos de Aquisição da propriedade da Terra no Pará*. Belém: UFPA – ITERPA, 2001.

VAZ FILHO, Florêncio Almeida. *A emergência étnica de povos indígenas no Baixo Rio Tapajós, Amazônia*. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

VAZ FILHO, Florêncio Almeida. Povos indígenas no Oeste do Pará. In: VARGAS, João Tristan; FARIA, Doris Santos de. *Textos interdisciplinares: um olhar integrado sobre a Amazônia, o Brasil e o conhecimento. Sociedade, Natureza e Desenvolvimento (SND) e Estudos Integrativos da Amazônia (ELA)*. São Paulo/Santarém: UFOPA/CFI, 2017.

